

CRISE SEM FIM

SONEGAÇÃO NO ESTADO

PETROBRAS INVESTIGADA

POR CRIMES TRIBUTÁRIOS

Estatal é suspeita de fraudar Fisco do ES em R\$ 66 milhões

MIKAELLA CAMPOS
mikaella.campos@redgazeta.com.br

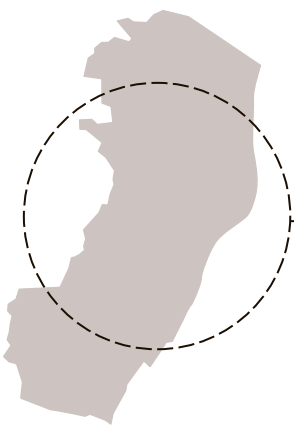
Já afundada nos vários escândalos de corrupção revelados pela Operação Lava Jato, a Petrobras enfrenta novas acusações. A maior empresa do país é suspeita de cometer crimes contra a ordem tributária para fraudar recolhimento de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no Espírito Santo. O prejuízo aos cofres públicos estaduais, sem considerar juros e multas, chega a R\$ 66 milhões.

As supostas irregularidades são alvo de um procedimento investigatório criminal, instaurado neste ano pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). O órgão, ligado ao Ministério Público do Espírito Santo (MPES), apura se a empresa adotava técnicas fraudulentas para esconder a necessidade de pagar os impostos estaduais.

A quantia, possivelmente sonegada, compreende dois débitos já inscritos em dívida ativa, em nome da pessoa jurídica Petróleo Brasileiro, razão social da Petrobras S/A. O promotor Lidson Fausto da Silva, coordenador da Ordem Econômica, Tributária e Lavagem de Dinheiro, do Gaeco, explica que o Ministério Público acompanha as questões tributárias da Petrobras desde 2009, depois que municípios informaram ao MPES dificuldades de fiscalizar a empresa.

Com o aumento da produção de petróleo e gás no Espírito Santo e ampliação dos serviços da estatal no território capixaba, o MPES começou a identificar evidências de práticas fraudulentas que têm onerado o Fisco Estadual.

NÚMEROS DAS DÍVIDA



Petrobras acumula dívidas acima de **R\$ 900 milhões** no Estado

INVESTIGAÇÃO DE FRAUDE

Petróleo Brasileiro (Petrobras)

R\$ 66.142.377,10

O Gaeco investiga a empresa por usar técnicas fraudulentas para esconder a necessidade de recolhimento de ICMS nas operações no Estado. O débito está inscrito em dívida ativa.

ENCAMINHADO AO CIRA

Petrobras Distribuidora

R\$ 48.923.907,27

O Gaeco iniciou uma investigação, mas encaminhou o procedimento ao Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira) por não ter havido a comprovação de fraudes tributárias. O Cira terá a função de recuperar os ativos.

“As suspeitas permeiam não apenas a Petrobras, como outras grandes empresas e consórcios, pelo não recolhimento de ICMS. No caso da Petrobras, temos alguns expedientes em mãos para verificar se, além de sonegar, a estatal realizou irregularidades com o objetivo de esconder a necessidade de pagar o ICMS”, explica o promotor.

ATRÁS DOS ATIVOS

Em 2012, um outro processo havia sido aberto devido a indícios de que a empresa usava indevidamente créditos tributários de ICMS. O débito foi inscrito em dívida ativa estadual no ano passado no valor de R\$ 48,9 milhões.

No entanto, a falta de comprovação de conduta delituosa levou ao arquivamento da ação no Gaeco e ao encaminhamento das peças para o Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira).

Composto por membros da Coordenadoria da Ordem Econômica do Gaeco, pela Secretaria de Estado da Fazenda, pela Procuradoria Geral do Estado e pela Polícia Civil, o Cira terá a missão de propor medidas técnicas, legais e administrativas para que o recurso sonegado seja recuperado pelo Tesouro Estadual.

“A ideia é tentar reaver sem a burocracia das ações criminais os valores devidos ao Estado”, explica Fausto, que também é presidente do Cira. O comitê, criado no ano passado, lançou seu novo plano de trabalho na última quarta-feira. A ideia é reforçar a repressão à sonegação.

Procurada, a Petrobras informou que não falaria sobre as acusações de sonegação fiscal.



Débitos tributários inscritos em Dívida Ativa do Estado

Petrobras Distribuidora (BR Distribuidora) Em R\$

	85.535.395,29
2011	16.909.286,92
2011	11.903.593,82
2011	7.798.607,28
2014	48.923.907,27

Petróleo Brasileiro (Petrobras)

	398.166.305,47
2013	7.008.408,01 (garantida por fiança bancária)
2014	114.262.381,77
2014	32.173.294,85
2014	74.964.006,40
2014	169.758.214,43

Petrobras Transportes SA (Transpetro)

Não há evidências de crimes tributários, apenas descumprimento da obrigação do recolhimento

	306.518.365,39
2011	80.127.088,18
2011	23.176.457,31
2011	50.927.230,23
2011	75.121.920,17
2011	38.732.732,60
2011	38.432.936,90

(garantia por penhora)

Débitos de quase R\$ 1 bilhão

Petrobras e subsidiárias têm 16 registros no Cadastro da Dívida Ativa do Estado

Hoje, na lista de devedores do Tesouro Estadual, há pelo menos 16 registros de débitos fiscais milionários em nome da Petrobras e de subsidiárias, como BR Distribuidora e Transpetro. Juntos, os passivos tributários chegam a quase R\$ 1 bilhão.

Parte das dívidas com o Fisco estadual está relacionada ao descumprimento de obrigação tributária acessória, na qual há apenas a incidência de multas e juros.

Apesar de sonegação ser crime, nem todos os casos são encarados como fraudes tributárias. Por isso, a maioria dos casos não é direcionada ao MPES e sim enviada apenas à Procuradoria Geral do Estado (PGE) para proposição na Justiça de ações de execução fiscal.

No Espírito Santo, ape-



VITOR JUBINI/ARQUIVO

Petrobras no Estado: dívidas quanto ao descumprimento de obrigação tributária

sar de a Petrobras ter uma pequena participação no recolhimento de ICMS, a empresa e as afiliadas devem pagar os impostos em atividades específicas.

Entre os setores que precisam ter as contribuições tributárias estão os trabalhos de produção e distribuição de gás, além do transporte de combustível.

O procurador do Estado, Cláudio Penedo Madureira, presidente da Procuradoria de Petróleo, Mineração e outros Recursos Naturais, explica que em 2011 ficou mais forte o trabalho de verificação do não pagamento de ICMS. “Como não temos refinaria, as empresas extraem o petróleo, direcionando-o para outros Esta-

dos. Poucos produtos são gerados no Espírito Santo. Nossa arrecadação substancial em ICMS é na produção de gás natural”, destaca.

MUNICÍPIOS

Nos últimos anos, a diversas auditorias, conduzidas pela Receita Estadual, foram feitas para detectar o não pagamento dos impostos esta-

duais. Mas, a empresa também é alvo de fiscalizações das Receitas dos principais municípios produtores de petróleo do Estado. As cidades brigam por um pagamento bilionário de ISS.

“Chegamos a notificar a Petrobras em 2010 para apresentar os documentos solicitados pelo Fisco das cidades. Porém, foi identificado que os impostos eram recolhidos no Rio de Janeiro. Então, a discussão não foi mais analisada pelo Gaeco”, explica promotor Lidson Fausto da Silva.

Segundo o procurador Cláudio Madureira, já há decisões no Supremo Tribunal Federal (STF) favorável à cidade de Itapemirim, em caráter liminar, obrigando a pagar o ISS. “A empresa começou a dizer que o imposto era recolhido por Macaé. Por isso, muitos municípios capixabas começaram a usar o mecanismo de substituição tributária para tentar receber os impostos”, esclarece.

Reforço à fiscalização nas cidades

Para aparelhar os municípios do Estado e ajudar na fiscalização das empresas que exploram petróleo no Espírito Santo, o Gaeco quer fazer uma parceria com a Secretaria da Fazenda e a Procuradoria Geral do Estado. A ideia é criar uma espécie de comitê para capacitar as oito cidades produtoras para auditar as companhias de óleo e gás com a finalidade de identificar tanto episódios de sonegação quanto possíveis irregularidades.

“O plano é comprar até equipamentos necessários para quantificar a produção e verificar se royalties e impostos são corretamente recolhidos”, explica o promotor Lidson Fausto da Silva.